

CONCURSO ANUAL DE ENSAIOS E ILUSTRAÇÕES PARA JOVENS INVESTIGADORES

Alimentos e Pensamentos, sempre na agenda

2018

Instituto de Desenvolvimento Rural na América do Sul (IPDRS)

CONCURSO ANUAL DE ENSAIOS E IMAGENS PARA JÓVENS PESQUISADORES

Histórias de vida que sobrevivem à violência e perseguição no campo

O Instituto para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS, por sua sigla em espanhol) promove o Concurso Anual para Jovens Pesquisadores de Ensaios e Imagens com o propósito de incrementar o número e a qualidade da produção de textos e imagens sobre o desenvolvimento rural de base camponesa indígena na América do Sul.

Os temas do concurso nos anos anteriores foram: Alimentos (Segurança e Soberania Alimentar) e Desenvolvimento Rural (2012), Juventudes Rurais, Situação e Desafios (2013), Agricultura Familiar Comunitária (2014), Extrativismos e Transferências Monetárias Diretas (2015), Agricultura Resiliente ao Clima (2016) e Práticas de Semeio, Colheita e Uso da Água para o Desenvolvimento Rural (2017).

Este concurso anual pretende estimular a produção de conhecimento, reflexão, debates e propostas sobre diversas temáticas do desenvolvimento rural de base camponesa e indígena na América do Sul; contribuir na difusão de conteúdos diversos aos tradicionalmente divulgados; promover e ampliar a participação de mulheres e homens jovens fomentando suas contribuições nessa área.

A sétima versão do Concurso, no ano de 2018, propõe como tema **Histórias de vida que sobrevivem à violência e perseguição no campo**.

Neste âmbito, convoca-se ao Concurso anual de ENSAIO e IMAGENS do ano de 2018, dirigido a mulheres e homens jovens entre 22 e 35 anos de idade, estudantes e professores universitários, pesquisadores, ativistas, artistas, gestores de políticas públicas, funcionários/as governamentais e de instituições da área do desenvolvimento, líderes e membros de organizações sociais que concentram suas atividades no âmbito do desenvolvimento rural de base camponesa e indígena nos países da América do Sul.

Auspício:

Brot
für die Welt

icco COOPERATION >

ipdrs
INSTITUTO PARA EL
DESARROLLO RURAL
DE SUDAMERICA

Com o apoio de:

GERGEMSAL

LEMTO
Laboratorio de Estudios
de Movimientos Sociales
& Territorialidades

IE
INSTITUTO DE ESTUDIOS
EQUATORIANOS

OCARU
ORGANIZACIÓN DEL
CAMBIO RURAL

Heñoi

Grufides

Calays yilas

**inter
aprendizaje**
Grupo de trabajo para la cooperación

Tegantai agencia de
medios
ecológicos

**POBLOS EN
CAMINO**

**Grupo de Trabajo
sobre Asuntos Indígenas
(GTAI)**

ICONOCLASISTAS

**MOVIMIENTO
REGIONAL
POLTARNA**

ipdrs
INSTITUTO PARA EL
DESARROLLO RURAL
DE SUDAMERICA

BASES DO CONCURSO

A proposta sobre **Histórias de vida que sobrevivem à violência e perseguição no campo** em registro escrito e imagem tenta promover a revalorização das trajetórias pessoais e coletivas no âmbito rural frente a escalada das manifestações de repressão e castigo à proposta, protesto e demanda por melhores condições de vida. Para aprofundar-se na compreensão teórica e empírica sobre os mecanismos utilizados pelo poder dominante para sinalizar, perseguir, violar, judicializar e agredir pessoas, coletivos e comunidades rurais e qual o impacto dessas lutas na vida, ações e tecidos sociais rurais.

O trabalho minucioso que requer a história de vida como método será fundamental para contribuir ao debate público e para brindar insumos aos processos, iniciativas e porta-vozes da resistência. Também o será para a elaboração de agendas de desenvolvimento rural, camponesa, indígena e negra que devem responder a este tipo de estrutura de pensamento e conduta política.

Ao participar do Concurso, deve-se considerar a perspectiva rural e um posicionamento a favor de sujeitos, camponeses, indígenas e populações tradicionais como protagonistas de suas vidas e propostas, sem omitir sua relação e práticas junto a aliados (consumidores, mercados, cooperação internacional, instituições ou instâncias de governos locais) que apoiam diretamente suas iniciativas e demandas.

Em seguida serão expostas as principais considerações necessárias para que se compreenda a proposta teórico-prática da sobrevivência à violência e perseguição no campo. Este texto é uma proposta para a reflexão, o que não implica em limites interpretativos nem julgamento de valor.

VIOLÊNCIA E PERSEGUIÇÃO NO CAMPO

De acordo com o Relatório 2017 Acesso à terra e território na América do Sul (IPDRS, 2018), observa-se um atual processo de *recrudescimento da violência sobre os protagonistas do campo*.

A violência não é a soma de fatos isolados na região. A violência no campo, atualmente, é um tema estrutural, permanente e não se pode permitir que as instituições e estruturas de poder neguem o caráter sistemático das perseguições à camponeses e indígenas, suas ações e seus projetos.

Existem certas condições que permitem este recrudescimento. Por um lado, a visão positivista de progresso e desenvolvimento que reproduz um racismo estrutural, uma necessidade de superar as formas de vida indígena e negra que desde séculos passados não descarta o extermínio para seguir adiante. Por outro lado, momentos críticos como o que culminou no resultado do referendo de consulta para a paz na Colômbia. A “vitória” do não continha uma mensagem de fundo que hoje poderíamos compreender como uma inconformidade com a conduta estatal, a persistência da vigilância militar e policial e um desalento acumulado durante meio século de permanente ameaça e pouca credibilidade das instituições que deveriam garantir o bem-estar.

As cifras de líderes camponeses e indígenas na região são alarmantes, embora não existam registros exatos, além de observar a camponeses e indígenas, alguns casos incluem também ambientalistas, ativistas e defensores do território e dos direitos humanos. Somente no ano de 2017, na Colômbia, 173 líderes ambientais, indígenas e sociais foram assassinados¹. No Brasil foram 68 casos registrados. Em ambos países, tais registros incluem massacres de grupos de pessoas e descontam as ameaças, perseguições e feridos. De acordo com organismos de direitos humanos, ao menos 212 defensores de direitos humanos foram assassinados na América Latina em 2017, entre Brasil e Colômbia somam-se 156². Mongabay identifica que durante o ano de 2017 morreram 116 pessoas em países latino

¹ Disponível em: <https://goo.gl/HWsrtd>

² Disponível em: <https://goo.gl/5CZhW5>

americanos por defender suas terras e enfrentar práticas que afetam ao meio ambiente³.

De acordo com a ONG Direito, Ambiente e Recursos Naturais, nos últimos cinco anos mais de 70 líderes indígenas foram assassinados no Peru e em vários casos se trata de assassinatos coletivos em regiões remotas da Amazônia. Nem sempre são as forças militares que assassinam, mas também grupos armados ou paramilitares para os quais os indígenas e camponeses não são mais do que obstáculos para sua intervenção territorial, ou saqueio – ilegal - de recursos naturais ou para a prática do narcotráfico.

No caso da Argentina, não se encontrou uma quantidade exata de assassinatos ou desaparecidos. No entanto, o desaparecimento e reaparecimento do corpo do jovem Santiago Maldonado comoveu a região inteira. A criminalização endureceu e a Anistia Internacional afirma que “as autoridades empregaram procedimentos judiciais para intimidar os povos indígenas, aos que acusaram, entre outras coisas, de insurreição, resistência à autoridade, roubo, tentativa de agressão e homicídio”⁴, situação muito similar à do Chile, onde se debate a criação do Ministério de Assuntos Indígenas e muitos processos judiciais a indígenas vivem momentos litigiosos onde se absolvem líderes processados –como a Machi Francisca Linconao-, mas logo reajustam seus recursos para continuar perseguindo-os.

As cifras dos feminicídios também são muito observadas na região. De acordo com a CEPAL, ao menos 12 mulheres são assassinadas na região, diariamente, pelo fato de serem mulheres⁵. No entanto, não existe uma leitura que mostre este fenômeno no âmbito das mulheres rurais, suas desvantagens como força de trabalho pouco qualificada, sua falta de acesso à educação e saúde e seu caráter de principais vítimas da problemática social que o extrativismo traz consigo em seus territórios.

A esta escalada da violência deve-se somar os impactos do *fracking*, tão anunciado em países como Argentina, Colômbia e, recentemente, Bolívia. A contaminação que deixa o mega-garimpo tem alto custo humano, o garimpo a céu aberto e a exploração de petróleo não só deixa pegadas geológicas, são os seres vivos os mais afetados. As fumigações tóxicas de cultivos extensivos, o uso de transgênicos e o resto de “habilidades” deste modelo econômico deverão ser responsabilizadas por todos os danos e doenças que está causando a muitas populações humanas e espécies de animais e vegetais.

Estes dados de contexto e cifras estão presentes no âmbito público, no entanto, o perigo da normalização destes fatos aparece quando se maneja somente números e muitas histórias ficam no anonimato. Trabalhou-se de forma emblemática várias personalidades reprimidas, perseguidas ou assassinadas. No entanto, as cifras e os processos sem registros permanecem dispersos e anônimos, o que é ainda pior. Gostaríamos de retomar a história dos que não são – ou foram – foco de atenção dos meios em muitos casos de sensacionalismo, mas passaram por processos de perseguição, criminalização e até morte por cumprir um papel na demanda de terras, defesa de territórios, disputa por recursos naturais e outros.

O Instituto para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS), Pão para o Mundo (PPM), a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO) – Escritório Regional América do Sul, convocam à sétima versão do Concurso Anual de ensaios e ilustrações para jovens pesquisadores, para o ano 2018, com o tema Histórias de vida que sobrevivem a violência e perseguição no campo.

³ Disponible en: <https://goo.gl/5sZ4CC>

⁴ Informe 2016/2017, Amnistía Internacional, disponible en: <https://goo.gl/PZxUPb>

⁵ Disponible en: <https://goo.gl/kHSojk>

ORIENTAÇÃO TEMÁTICA

Buscamos histórias de vida de pessoas, comunidades ou organizações camponesas, indígenas ou negras que atravessaram processos de violência, perseguição, criminalização, judicialização por sua luta e pelo território, os bens comuns, saberes ancestrais e outros que disputam com o modelo de acumulação capitalista.

Dada a relação do objetivo da proposta com o destaque da vida sobre a morte, compreendemos que as histórias de vida que sobrevivem correspondem a pessoas, comunidades, coletivos ou grupos populacionais que sobrelevaram, resistiram ou, caso tenham desaparecido, ficaram na memória social de seu entorno próximo. Os números nos alertam e monitoramos a soma de assassinatos gerando um efeito duplo: a indignação e a normalização. Além dos dados, gostaríamos de resgatar perfis que lutaram cotidianamente, localmente e não deixar no anonimato, nos números mortos, as pessoas, comunidades e organizações que resistem, sobrevivem ou não e que deram parte de sua vida ou sua vida inteira à causa da luta pela terra, pela defesa dos territórios e para a disputa pelo modelo de desenvolvimento e pela vida.

Nesta versão do concurso recorreremos a noções como o tecido social e a reparação. A violência impacta na vida das pessoas e coletividades. Cremos que é importante exercer, de forma independente e criativa, a possibilidade de reconstruir, reparar e reunir os pedaços da realidade que marcam as ações de perseguição e agressão estatal, privada ou outros. Por isso, a opção nos mostra que a **história de vida** e a **ilustração** como métodos e, ao mesmo tempo, como meios pelos quais se pode empoderar o exercício e vontade pela reconstrução da vida, a restituição do social e do comunitário.

Sobre os ensaios

Deve-se considerar que a história de vida como método outorga um campo, uma área situada e definida, que detona uma **relação social e ética** entre o/a/os sujeito /a/s e quem solicita, constrói e transcreve o texto. Uma história de vida permite gerar uma relação significativa que remete à cotidianidade complexa e a descrição das relações sociais que permitem ou não o devir dos fatos. Apresenta-se como “uma história de constrições que pesam sobre o indivíduo – um conjunto de condicionamentos mais ou menos determinantes -, e ao mesmo tempo como um complexo de estratégias de libertação que o indivíduo põe em jogo aproveitando as “boas ocasiões” os vislumbres intersticiais” (Ferrarotti, 2007).

Se um competidor reconstrói a história de vida de alguém que não está mais presente para relatá-la, além de gerar uma relação com suas principais testemunhas e referências sociais, poderão articular um tecido social em torno à ausência e, se somos otimistas, repará-la através da reconstrução e da narrativa unificadora. Então, a história de vida não é somente uma técnica de compilação de informação, mas um método que nutre a pesquisa-ação Uma espécie de micro sociologia é a que apoia o reforço dos tecidos sociais que se rompem quando um membro da comunidade é assassinado, exilado ou machucado. Destacar os perfis pessoais e coletivos como precursores de luta, e não só como vítimas da adversidade do sistema dominante, fortalece os nexos sociais e os princípios das lutas, demandas e reivindicações empreendidas.

Se por um lado os perfis emblemáticos popular e midiaticamente são úteis para os fins mencionados, muitos outros ficam para trás e no anonimato. O concurso se constitui em um esforço por impulsar o resgate da memória contemporânea da resistência camponesa, indígena e negra na região.

- A história de vida pode ser de uma pessoa, uma comunidade, um grupo ou população rural.
- A narrativa deve contar pelo menos três partes que denotem uma construção discursiva respeitosa e transparente em relação ao protagonista da história, sua comunidade ou entorno sociocultural.

- É possível realizar o relato em primeira pessoa, no caso de camponeses, indígenas ou negros, de processos de violência, perseguição ou judicialização por causas e demanda de terra, defesa de territórios ou outros relacionados.
- Os documentos podem ser redatados nos idiomas espanhol ou português.
- Extensão média de 25 (vinte e cinco) páginas (aproximadamente 60.400 caracteres com espaços).
- Será valorizado que se mostre uma perspectiva que apoie a articulação de olhares a nível sul-americano.
- Será valorizado que o idioma e opções narrativas tenham uma perspectiva de gênero, interculturalidade e relevo geracional.
- Serão valorizadas propostas de inovações metodológicas.
- Título e subtítulos atrativos.
- Registrar referências bibliográficas de fontes secundárias, dados de referência de fontes primárias e explicação por meio de pseudônimos, caso seja necessário.
- O texto deve ser escrito em formato Word, letra tipo Arial tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5.

Sobre las ilustraciones

A forma de se representar a luta e a resistência camponesa e indígena pode remeter a um tumulto de gente, massas com bandeiras, palavras de ordem etc. Por outro lado, é comum a representação visual da violência, de forma geral, materializada em imagens sensacionalistas ou em retratos que correm o risco de re-vitimizar as pessoas vulneradas. No caso desta convocatória, consideramos que estes aspectos são mais delicados se o meio de representação é a fotografia. Por isso, nesta oportunidade optamos por convocar **trabalhos de ilustração** que abordem as histórias de vida que sobrevivem à violência e perseguição no campo.

O caráter abstrato e universal da ilustração permite que um grande número de pessoas se identifique com as temáticas sinaladas sem, no entanto, vulnerar a posição das pessoas ou comunidades que protagonizam a defesa de seus territórios. Por outro lado, através da ilustração é possível de se representar diferentes atores que estão envolvidos na problemática, conotando significados que articulam o micro social (histórias de vida/subjetividades) com elementos macro sociais do atual contexto sul-americano.

A busca por histórias de vida nesta oportunidade faz um chamado à memória, à denúncia, à justiça e à solidariedade. As propostas podem retratar defensores/as do território de forma explícita sempre que esta representação não enfatize sua posição de vulnerabilidade. Com a intenção de clamar por justiça e impedir que suas histórias caiam no esquecimento, as propostas também podem visibilizar aqueles/as defensores/as do território que estão desaparecidos/as ou que já não se encontram com vida. Finalmente, as propostas podem ilustrar outros momentos nos quais a “arte da resistência” (Scott, 1999) se expressa e se converte em conhecimento para os demais. A cotidianidade, os símbolos, o trabalho manual e invisibilizado, podem contribuir para refrescar e fortalecer os processos de resistência camponesa e indígena, além de comunicá-los de forma mais efetiva ao resto da sociedade.

- Conteúdo vinculado a histórias de vida que sobrevivem à violência e perseguição pela defesa do território.

- As ilustrações podem ser feitas com técnicas manuais ou digitais em cores ou em preto e branco.
- As ilustrações não devem ter sido concedidas em outros concursos.
- As ilustrações devem ter uma resolução de 300 dpi. As imagens com qualidade insuficiente podem ser descartadas do concurso pela direção do Concurso.
- Cada competidor poderá participar com uma, duas ou três ilustrações articuladas entre si.
- Incluir um título curto.
- Incluir um parágrafo com dados sobre o lugar, data e circunstância na qual se elaborou a ilustração, tal como o papel adotado pelo/a autor/a. Este texto deve estar em formato Word, letra Arial número 12 e espaçamento entre linhas 1,5.

QUALIFICAÇÃO

Comitê de Qualificação

O Comitê de Qualificação está composto por cinco pessoas, cada uma delas representa a uma das instituições que patrocinam o Concurso, que realizará seu trabalho logo que se finalize o período de recepção dos textos e ilustrações, segundo o cronograma do processo.

Critérios de Qualificação

Os principais elementos que o Comitê levará em consideração para a avaliação dos trabalhos incluem aspectos como: pertinência ao tema, qualidade e aval do argumento, inovação e criatividade, perspectiva regional, enfoque de gênero, interculturalidade, contribuição metodológica, exemplificação e qualidade expositiva.

Para as ilustrações, o Comitê considerará, além da pertinência com o assunto, a urgência em tornar visível o caso na América do Sul e o desenvolvimento criativo.

PRÊMIOS

Os ensaios serão premiados com U\$ 700 para o primeiro lugar, U\$ 550 para o segundo e U\$ 300 para o terceiro. Todos eles serão editados e publicados na série “Explorações” do IPDRS.

As ilustrações serão premiadas com U\$ 450 para o primeiro lugar, U\$ 300 para o segundo e U\$ 100 para o terceiro. Serão publicadas no portal do IPDRS.

Os prêmios serão pagos através de envios bancários. Cumprindo com as leis bolivianas, o IPDRS realizará as retenções dos impostos correspondentes.

Nas três categorias, caso existam trabalhos que não se qualifiquem entre os três primeiros lugares, mas exista interesse em sua publicação, obterão menção honrosa sem reconhecimento monetário e será proposta, aos autores, publicação em uma seção correspondente.

PARTICIPAÇÃO

Para ambos os casos, os ensaios e ilustrações devem ser enviados para o mail: concurso@sudamericarural.org com os respectivos dados: **NOME COMPLETO, FOTOGRAFIA ATUAL e FOLHA DE VIDA.**

Data da última recepção, 20 de dezembro de 2018.

CRONOGRAMA

Atividades	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR
Lançamento da Convocatória 2018	■					
Consultas	■	■				
Encerramento do concurso			■			
Avaliação interinstitucional			■	■		
Publicação dos ganhadores					■	
Premiação					■	
Publicação de ensaios e ilustrações						■